



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico

Iniquidades sociais e incidência de HIV no Espírito Santo entre 2014 e 2024

**Halana Grippa Rui¹
Luiz Carlos Zucolotto Junior²
Tamires dos Santos Vieira³**

1 Corpo do trabalho

Desde seu início na década de 1980, a epidemia do HIV/AIDS constituiu-se como relevante desafio para a saúde pública, evidenciando desigualdades no acesso à informação, à prevenção e aos serviços de saúde. Apesar de inicialmente ter tido forte fator epidemiológico entre homens que fazem sexo com homens, práticas sexuais desprotegidas (Pao D, et al , 2005), houve mudança em seu perfil epidemiológico ao longo do tempo, caracterizada pela feminização, pauperização, heterossexualização e interiorização das pessoas vivendo com HIV/AIDS (Brasil, 2023). Esse aspecto deve ser analisado de forma crítica, uma vez que as desigualdades sociais podem repercutir nas dificuldades de redução da incidência do HIV/AIDS entre grupos em situação de maior vulnerabilidade social, cujas condições de vida, barreiras de acesso e processos de exclusão impactam diretamente nas estratégias de prevenção e cuidado. Nesse contexto, objetiva-se analisar de que forma as variáveis sociodemográficas e epidemiológicas incidem sobre o enfrentamento da epidemia de HIV no Espírito Santo.

Trata-se de um estudo ecológico, com delineamento de séries temporais, baseado em dados públicos disponibilizados pelo DATASUS, no qual foi analisado o indicador taxa de incidência de HIV no estado do Espírito Santo, via marcadores sociais de raça/cor, gênero e escolaridade, no período de 2014 a 2024. A taxa foi calculada por meio da fórmula: (casos novos/população residente no período) x

¹Acadêmico de Medicina da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM. Email: halanarrui@gmail.com.

²Acadêmico de Medicina da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM. Email: zucolotto.lui@gmail.com.

³Doutora em Biotecnologia. Docente do Curso de Pós-graduação Stricto Senso em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM. Email: Tamires.vieira@emescam.br.

100.000 habitantes, considerando-se como população de referência as estimativas anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No período analisado, observou-se maior incidência de HIV entre homens, evidenciando a necessidade de estratégias específicas voltadas ao autocuidado e à ampliação do acesso aos serviços de prevenção e diagnóstico. , , movimento que pode estar relacionado à retomada das ações de testagem e vigilância após os impactos provocados pela pandemia de COVID-19, reforçando como crises sanitárias tendem a aprofundar vulnerabilidades previamente existentes e dificultar o acesso contínuo ao cuidado. Tais achados devem ser analisados à luz do racismo estrutural e das desigualdades sociais que condicionam diferentes acessos entre grupos sociais, em que alguns permanecem mais expostos a situações de vulnerabilização e barreiras institucionais no cuidado em saúde. Quanto à escolaridade, as maiores taxas concentraram-se entre pessoas com ensino médio completo, o que pode refletir tanto características sociodemográficas da população economicamente ativa quanto maior acesso ao diagnóstico nesse seguimento. Por outro lado, destaca-se o elevado quantitativo de registros com escolaridade ignorada, aspecto que fragiliza a produção de evidências e limita a formulação de políticas públicas e o planejamento de ações intersetoriais e territorializadas. Nesse sentido, os achados reforçam que a epidemia do HIV é atravessada por desigualdades de classe, raça/cor e gênero, demandando fortalecimento do Sistema Único de Saúde e ações intersetoriais de proteção social.

Referências:

PAO, D. et al. Transmission of HIV-1 during primary infection: relationship to sexual risk and sexually transmitted infections. **AIDS**, v. 19, n. 1, p. 85-90, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim epidemiológico de HIV e Aids 2023**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.